

ERNESTO MELO ANTUNES *

AS FORÇAS ARMADAS E O MFA:
DE 25 DE ABRIL DE 1974 A 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Eu gostaria, antes de mais nada, de começar a minha intervenção por apresentar aquilo que poderia designar, à falta de melhor, por um protesto público pela ausência do Major Otelo Saraiva de Carvalho nesta sessão.

A forma como a sala reagiu é suficientemente impressionante para que com as minhas palavras seja evitável explicar longamente o porquê deste protesto. Não se pode, de facto, aceitar que o poder político dominante proceda desta forma com um homem que foi de facto, que continua a ser, de facto, o símbolo talvez maior do 25 de Abril. Não se pode aceitar que este homem esteja a ser tratado pelos poderes públicos do modo como tem vindo a ser tratado. E, para além disso, é a prova de que o poder político dominante não está de facto de modo nenhum interessado em que se desenvolva um espírito de diálogo na sociedade portuguesa, através do qual se venham a encontrar as fórmulas que permitam abrir soluções futuras para a nossa própria sociedade, em diálogo, em respeito mútuo e em tolerância. Ao que parece e segundo as palavras do nosso moderador, esta mesa redonda é composta por aquilo que ele designou como práticos e cientistas sociais.

É um binómio interessante, faz-me lembrar o binómio que também no tempo que se seguiu ao 25 de Abril se estabeleceu entre os chamados políticos e operacionais. Eu tentarei, no entanto, como prático, pelo qual fiquei desde já rotulado (antes parece-me que era político), não fazer uma intervenção que possa ser considerada como um discurso político propriamente dito, mas sim uma reflexão serena, tão serena quanto é possível,

* Tenente-Coronel, na reserva.

sobre o tema que nos é proposto. E o tema nesta mesa redonda, lembro a todos, é as Forças Armadas e os Projectos Políticos do 25 de Abril. O título genérico insinua a ideia de que haveria mais que um projecto político. Na realidade, embora com diferentes entendimentos quanto a um futuro modelo de organização político-social, mas sem que essa polémica tenha sido determinante, o que assegura o êxito rápido do movimento revolucionário do 25 de Abril é, por um lado, o relativo consenso estabelecido entre os oficiais revolucionários quanto à necessidade do derrube da ditadura, em torno de um programa político mínimo e, por outro, a imediata identificação entre a esmagadora maioria da população e o programa do MFA. Pode assim dizer-se que numa primeira fase há uma certa unidade de pensamento político que se traduz a nível programático no seguinte:

A) *ruptura com o sistema* (na linguagem da época quase universalmente se dizia: ruptura com a ditadura fascista; as prevenções e cuidados quanto à terminologia política e os pruridos ideológicos vieram bastante mais tarde, por razões de diversa ordem que não vale a pena agora aqui analisar). Instauração, portanto, de um regime democrático. A democracia era entendida segundo o modelo prevalecente nas chamadas democracias ocidentais. Este foi de facto o consenso estabelecido, sendo relevantes no programa do MFA os direitos, liberdades e garantias típicos das democracias pluralistas.

B) *descolonização*. Sem um programa preciso, previamente estabelecido, nem uma filosofia claramente definida, foi possível, no entanto, chegar-se ao entendimento de que a solução para o problema das colónias era política e não militar. Acordo relativamente frágil, como veio a verificar-se nos meses intensos que se seguiram à revolução, porquanto vieram rapidamente à superfície as diferenças ou as divergências profundas que na prática resultavam de diferentes leituras do célebre direito dos povos colonizados à autodeterminação. Mas, mesmo frágil, o acordo funcionou no arranque do movimento revolucionário por razões que se prendem com a convicção, que de facto se generalizava dentro das forças armadas, de que se esgotavam rapidamente as possibilidades reais de controle militar dos três teatros de operações: Guiné, Angola e Moçambique.

C) *desenvolvimento económico*. Medido à distância de 10 anos, o programa do MFA aparece claramente como a expressão de um desejo colectivo de fazer sair o país da pobreza e do subdesenvolvimento e contém os elementos mínimos caracterizados de uma via socialista, ou pelo menos socializante, de transformação profunda do país. Estes três objectivos funda-

mentais foram sentidos pela população como universais porque com eles se identificam quase todas as classes e camadas da população portuguesa, ainda que nem sempre pelas mesmas razões. E são percebidos como regeneradores no sentido em que há percepção imediata de que esses objectivos políticos, enunciados por um grupo restrito de militares, desencadearam uma dinâmica de massas que tende a revolucionar o país, voltá-lo do avesso, se me é permitida a expressão, que aspira, ainda que confusamente, a provocar uma mudança radical nas estruturas políticas, culturais, económicas e sociais do país. É essa dinâmica de massas e o movimento histórico que de imediato desencadeia, que fez afinal a revolução e que ainda hoje, 10 anos passados, e, muito provavelmente ainda durante muito tempo, constituirá o referencial de boa parte dos ideais transformadores da vida e da sociedade em Portugal, referencial que curiosamente continua a ser invocado, ainda hoje, quase indiscriminadamente, em quase todos os sectores do leque político português, com excepção quase única da extrema direita. Isto significa que a força mobilizadora, o potencial transformador, a energia criadora da Revolução do 25 de Abril manteve muitas das suas virtualidades iniciais.

Começa a poder falar-se de projectos políticos, no plural, do 25 de Abril, em todo o tempo que medeia entre a revolução e o 28 de Setembro. Não é certamente este o momento adequado para falar em profundidade sobre o tema, por limitações de tempo e pela natureza deste encontro. Limito-me a apontar alguns elementos que constituem, a meu ver, os traços distintivos da progressiva diferenciação dos projectos políticos a nível do MFA e, paralelamente, a nível da própria sociedade civil.

A primeira grande clivagem no interior do MFA dá-se em torno da questão da descolonização. Isto não significa que não fossem já patentes profundas diferenças quanto à questão do poder político, da sua natureza, da sua expressão institucional, da sua projecção na sociedade e que não começassem, desde logo, a desenhar-se fortemente os conflitos resultantes das concepções sobre a organização da vida económica, ou, dito de outra forma, os antagonismos devidos aos diferentes projectos político-sociais e aos diferentes interesses de classe. Mas os conflitos mais agudos estalam, de início, em redor da questão doutrinária contida na fórmula «direito à autodeterminação com todas as suas consequências incluindo a independência», fórmula essa, mais palavra menos palavra, que só viria a ser adoptada em termos legais no auge do debate com a Frelimo com vista à independência de Moçambique. O reconhecimento do direito à independência dos povos até então sujeitos ao regime colonial foi a primeira grande

vitória dos sectores progressistas do MFA. Não foi, claro está, em meu entender, uma vitória de bastidores de uma facção contra outra facção; não foi o resultado de uma luta palaciana entre personalidades; foi, fundamentalmente, a resultante da correlação de forças sociais e políticas da época, do sentimento generalizado da população, da situação vivida no interior das forças armadas, onde se desenvolviam claramente — muito antes do 25 de Abril — sentimentos nitidamente hostis à continuação da guerra.

Depois do 28 de Setembro, em pleno processo de descolonização de Moçambique e em preparação das negociações do Alvôr sobre a descolonização de Angola, começa a germinar e, dia a dia, a aprofundar-se o processo de fraccionamento político-ideológico dentro do MFA que é nas suas linhas gerais conhecido. Falarei aqui, nas suas grandes linhas, em particular daquilo que, de certo modo, com outros protagonizei, o que é uma forma de exprimir a leitura que então fiz e ainda faço da Revolução e das esperanças que ela abriu para o povo português.

Em primeiro lugar, entendi que a democracia política seria uma conquista revolucionária essencial para o nosso país. Historicamente identificada com as burguesias nacionais, a democracia dita formal e portanto pluralista correspondia entre nós não só aos interesses das classes médias, de formação ou tendência liberal, mas também às necessidades e aspirações da classe operária e das restantes classes e camadas de trabalhadores. Os chamados sectores mais desfavorecidos da população podiam não saber que fazer directamente da liberdade de expressão, da supressão da censura, dos direitos sindicais, etc., etc. Mas não há hoje qualquer dúvida, quanto a mim, que a conquista da liberdade política e todos os corolários que dela se retiraram em termos de direitos e garantias constitucionalmente consagrados, permaneceu uma das mais belas, senão a mais bela e preciosa das conquistas de Abril. Aquela em torno da qual uma unanimidade praticamente total se estabeleceu e se tornou consensual no povo português. O mesmo infelizmente se não poderá dizer sobre o modo como o sistema democrático tem funcionado. Esse é, porém, um outro problema, de resto, de plena actualidade e que vai fatalmente condicionar o futuro de todos nós.

Para regressar ao projecto, a democracia política, ainda que pedra angular do processo histórico de transformação da sociedade portuguesa, não poderia por si só garantir a mudança, isto é, o desenvolvimento, a modernização, o fim das

desigualdades sociais mais gritantes, a realização do que então chamávamos uma sociedade mais justa e mais feliz. Apon-távamos então para o que alguns de nós designávamos de democracia avançada, fórmula que procurava enxertar na democracia política os elementos de socialismo que nos pareciam capazes, no Portugal contemporâneo e nas condições concretas da sociedade portuguesa do momento, de desenhar os contornos de um modelo de sociedade alternativo, isto é, nem social democrata no sentido da reprodução dos modelos em vigor nas sociedades industriais avançadas do mundo capitalista, nem colectivista, no sentido da transplantação mecânica dos modelos político-sociais das chamadas democracias populares.

A aposta era arriscada porque assentava em premissas, ou de difícil realização, ou com alguma dificuldade de adequação à prática social dominante. A primeira dessas premissas era de natureza político-institucional. Tratava-se no fundo daquilo que nós designávamos por autonomia do MFA face aos partidos políticos e outros grupos organizados na sociedade, condição que se julgava, nós julgávamos, indispensável para tornar o MFA uma força autêntica de transformação, uma alavanca ao serviço da mudança, um motor capaz de gerar dinamismos sociais realmente revolucionários sem contudo pretender transformar-se o MFA em vanguarda revolucionária. Seria assim um papel iminentemente catalizador, se se quisesse, impulsionador, inspirador, o que supunha o respeito do pluralismo em consonância com a análise que fazíamos sobre a natureza e a estrutura da sociedade portuguesa. Sabe-se como este objectivo jamais foi atingido. No verão de 1975, e a culminar um longo e agitado período marcado pelas mais profundas lutas internas no Estado e na sociedade e, por consequência, no MFA, irrompem com toda a nitidez as diferenças de análise, os projectos políticos diferenciados e torna-se patente a incapacidade do MFA para preservar a sua unidade face à profunda penetração de partidos e grupos de pressão no seu interior, fraccionando-se irremediavelmente.

Mesmo não se tratando aqui de fazer história, não posso deixar de invocar, para terminar esta intervenção inicial, o 25 de Novembro. Independentemente das causas que lhe deram origem ou dos episódios a ela ligados, esta data é, simbolicamente, o fim da revolução, no sentido em que põe ponto final de forma definitiva (ou quase), aos choques, às confrontações, aos antagonismos que até então agitavam a sociedade. É o ponto de partida de uma «normalização», que só é possível à custa da aceitação de compromissos vários com sectores conservadores das forças armadas e da sociedade civil. Em termos de mutação social, podemos hoje dizer que com o 25 de Novembro ninguém

ganhou. Por outras palavras, nenhuma das revoluções pensadas dentro da revolução saiu triunfante da confrontação político-social-militar que foi o 25 de Novembro. Um novo equilíbrio na sociedade é alcançado, que acaba por ter a sua expressão político-jurídica na Constituição de 1976 e que vem a consagrar, apesar de tudo, muitos dos ideais de Abril, muitas das efectivas mudanças conquistadas nas lutas sociais dos anos que se seguiram ao 25 de Abril. É importante lembrar, aqui e agora, o valor da Constituição como referência política fundamental. Ninguém desconhece os ataques que lhe são movidos e em nome de quê se pretende a alteração da ordem constitucional vigente, em sectores da direita portuguesa perfeitamente identificados. É importante que os sectores progressistas portugueses, independentemente das opções diversas em matéria política e ideológica, não percam de vista o valor essencial da Constituição na defesa dos valores que, se efectivamente postos em prática, serão um contributo poderoso para conferir um conteúdo democrático real à democracia portuguesa.